

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

R. Desembargador Leão Neto do Cormo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

# **RESOLUÇÃO Nº 728**

Altera a Resolução nº 471, 26.3.2012, que instituiu o Regimento Interno da Secretaria deste Tribunal Regional e dispõe sobre sua estrutura administrativa organizacional, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Presidente deste TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso da competência prevista no art. 22, inciso LI, da Resolução nº 170/1997 -Regimento Interno, em conformidade com os elementos constantes do Processo Administrativo SEI nº 9940-42.2019.6.12.8000, aprovando propostas de alterações da estrutura organizacional e regimental da Secretaria deste Tribunal Regional apresentadas por sua Diretoria-Geral e, ainda,

Considerando a necessidade de estabelecer uma distribuição equilibrada da força de trabalho e das funções comissionadas ou cargos em comissão entre as unidades da Secretaria deste Tribunal Regional, a partir de uma avaliação inicial da demanda de serviço observada em cada uma delas,

### RESOLVE ad referendum do Pleno:

- Art. 1º Transformar uma função comissionada de nível retributivo FC-6, uma de nível retributivo FC-4 e três de nível retributivo FC-3, em quatro funções comissionadas de nível retributivo FC-5.
- Art. 2º Criar a Assessoria de Governança e Projetos Institucionais, vinculada diretamente à Diretoria-Geral.
- Art. 3º Remanejar um cargo em comissão de nível retributivo CJ-1 da Assessoria de Governança de TI - AGTI/STI para a Assessoria de Governança e Projetos Institucionais - AGPI/DG e uma função comissionada de nível retributivo FC-5, resultante da transformação constante do art. 1°, para a Assessoria de Governança e Projetos Institucionais - AGPI/DG, com a nomenclatura de Assistente V.
- Art. 4º Renomear a Assessoria de Governança de TI-AGTI/STI para Núcleo de Governança de TI-NTI/STI
- Art. 5º Remanejar as funções comissionadas transformadas que tratam o art. 1º para o Núcleo de Governança de TI-NTI/STI (FC-5) para o Núcleo de Estatística (FC-5) e para o Núcleo de Gestão de Pessoas (FC-5).
- Art. 6º Acrescer os seguintes artigos à Resolução nº 471, de 26.3.2012, que instituiu o Regimento Interno da Secretaria deste Tribunal Regional, dispondo sobre a sua estrutura organizacional administrativa, com as seguintes redações:

Da Assessoria de Governança e Projetos Institucionais

Art. 21-A. Compete à Assessoria de Governança e Projetos Institucionais, unidade vinculada diretamente à Diretoria-Geral, gerir a Governança Pública em geral deste Tribunal Regional, monitorando, direcionando e gerindo os núcleos que fazem parte da sua estrutura e ainda:

- I controlar o nível de governança deste Tribunal Regional baseado nos parâmetros do Tribunal de Contas da União;
- II propor a implantação de padrões, métodos, ferramentas e modelos de processos corporativos de gestão;
- III assessorar a Administração nas diversas ações de Governança Corporativa, inclusive na consecução da melhoria contínua do desempenho institucional, frente às ações, processos e projetos envolvidos com os objetivos estratégicos deste Tribunal Regional;
- IV acompanhar as publicações e recomendações de governança ditadas pelo Tribunal de Contas da União, Conselho Nacional de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral;
- V gerenciar o Escritório Corporativo de Projetos no âmbito deste Tribunal Regional, com o objetivo de facilitar a elaboração e condução de projetos estratégicos e disseminar a cultura do gerenciamento dos mesmos:
- VI apoiar as unidades da Secretaria deste Tribunal Regional na implementação de mecanismos de controle e acompanhamento, à luz dos princípios da boa governança e da gestão de riscos;
  - VII disseminar boas práticas da Administração Pública, relacionadas à gestão e governança.
- VIII coordenar e acompanhar os projetos e atividades referentes à melhoria contínua do desempenho institucional;
- IX monitorar portfólio de projetos estratégicos visando fornecer informações céleres sobre as iniciativas estratégicas em curso, supervisionando a gestão destas;
- X verificar o correto cumprimento das políticas, diretrizes e programas estabelecidos, bem como, de determinações e normas vigentes;
- XI propor diretrizes para a área de aquisições, incluindo estratégia de terceirização, política de compras, política de sustentabilidade e política
- de compras conjuntas, com o objetivo de alcançar melhores resultados para este Tribunal Regional;
- XII gerenciar e assegurar a atualização das bases de informações necessárias à sua área de competência;
  - XIII alimentar o sistema de Transparência do Conselho Nacional de Justiça;
  - XIV atualizar e monitorar a página da Transparência deste Tribunal Regional na internet;
- XV monitorar portfólio de projetos estratégicos visando fornecer informações céleres sobre as iniciativas estratégicas em curso, supervisionando a gestão destas;
- XVI implantar e acompanhar os sistemas de Gestão da Qualidade no âmbito deste Tribunal Regional e sua participação nos Programas de Qualidade do Serviço Público;
  - XVII promover a gestão do conhecimento em gerenciamento de processos e de projetos;
  - XVIII orientar a atuação dos Núcleos vinculados à governança;
  - XIX executar outras atividades que lhe forem atribuídas.
  - § 1º Ao Núcleo de Gestão de Riscos compete:
- I apoiar e subsidiar a AGPI na elaboração do Sistema de Gestão de Riscos deste Tribunal Regional e da metodologia de gestão de riscos, bem como sua revisão, adequação a possíveis inovações e mudanças de regras e normas;
- II acompanhar, monitorar e controlar os planos de gestão de riscos, propondo ações para correção e ajustes;

- III dar suporte à identificação, análise e avaliação dos riscos dos processos organizacionais, no tocante à gestão de riscos, apoiando todas as instâncias do sistema de gestão de riscos;
- IV solicitar aos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais as informações necessárias para a consolidação dos dados e elaboração de relatórios gerenciais;
- V consolidar os resultados das diversas áreas em relatório gerenciais e encaminhá-los à Administração deste Tribunal Regional, semestralmente;
  - VI elaborar o Plano de Comunicação de Gestão de Riscos;
  - VII medir o desempenho da gestão de riscos objetivando sua melhoria contínua;
- VIII construir e propor à Administração deste Tribunal Regional indicadores de desempenho de gestão de riscos, alinhados com os indicares do Planejamento Estratégico deste Tribunal Regional, bem como de outros órgãos de controle;
- IX acompanhar os indicadores de riscos dos processos de trabalho, dos projetos e dos planos de ações;
  - X propor treinamentos e cursos para aprendizado e aperfeiçoamento em gestão de riscos.

Da Coordenadoria de Orçamento, Planejamento Estratégico e Gestão

Art. 22 (...)

§ 1º REVOGADO

§ 2° (...)

VI - REVOGADO

VII - REVOGADO

*(...)* 

§ 5° REVOGADO

(...)

Do Núcleo de Governança de TI

Art. 34-A. Ao Núcleo de Governança de Tecnologia de Informação compete:

*(...)* 

- Art. 7º Aprovar a estrutura organizacional da Secretaria deste Tribunal Regional, na forma do Quadro I do Anexo III desta resolução.
- Art. 8º Aprovar a lotação dos cargos`em comissão e funções comissionadas na estrutura organizacional da Secretaria deste Tribunal Regional, conforme a distribuição contida no Anexo I desta resolução.
- Art. 9º Os anexos I, II e III da Resolução nº 471, de 26.02.2012, que instituiu o Regimento Interno da Secretaria deste Tribunal Regional, passam a vigorar com o teor estabelecido nos Anexos I, II e III desta resolução.
- Art. 10. O art. 4º da Resolução nº 471, de 26.3.2012, e seus incisos, passam a vigorar com as seguintes redações:
- Art. 4º A Secretaria deste Tribunal Regional tem a seguinte estrutura administrativa organizacional básica:
  - I PRESIDÊNCIA PRE:
  - a) Gabinete;
  - b) Assessoria Jurídica Especial;
  - c) Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria CCIA:

- 1. Seção de Análise de Custos:
- 2. Seção de Auditoria e Orientação Partidária;
- 3. Seção de Controle da Atividade Administrativa:
- II VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL CRE:
- a) Gabinete;
- b) Coordenadoria Jurídico-Administrativa;
- 1. Assessoria Técnica:
- 2. Seção de Apoio e Orientação às Zonas Eleitorais:
- 3. Seção de Correição, Inspeção e Disciplina:
- 4. Seção Judiciária;
- 5. Seção de Direitos Políticos e Regularização de Inscrição;
- III DIRETORIA-GERAL DG:
- a) Gabinete;
- b) Assessoria Especial da Diretoria-Geral;
- c) Assessoria Jurídica:
- d) Assessoria de Comunicação e Cerimonial;
- e) Assessoria de Governança e Projetos Institucionais;
- 1. Núcleo de Gestão de Riscos:
- f) Coordenadoria de Orçamento, Planejamento Estratégico e Gestão:
- 1. Seção de Planejamento e Gestão Estratégica;
- 2. Seção de Orçamento;
- 3. Núcleo de Estatística;
- IV SECRETARIA JUDICIÁRIA SJ:
- a) Gabinete:
- b) Coordenadoria de Registros e Informações Processuais:
- 1. Seção de Autuação e Distribuição de Processos;
- 2. Seção de Redação, Documentos e Cumprimento de Mandados;
- 3. Seção de Controle de Anotação de Partidos e Procedimentos Diversos:
- c) Coordenadoria de Sessões, Documentação e Jurisprudência:
- 1. Seção de Acórdãos e Resoluções;
- 2. Seção de Legislação, Pesquisa e Jurisprudência;
- 3. Seção de Biblioteca e Arquivo;
- V SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS SAF:
- a) Gabinete;
- b) Núcleo de Segurança Institucional;
- c) Núcleo Socioambiental;
- d) Assessoria de Gestão Administrativa;

- e) Coordenadoria de Engenharia;
- 1. Seção de Manutenção Predial.
- f) Coordenadoria de Finanças e Contabilidade:
- 1. Seção de Finanças;
- 2. Seção de Análise Contábil;
- g) Coordenadoria de Recursos Materiais:
- 1. Seção de Licitação e Compras;
- 2. Seção de Contratos;
- 3. Seção de Gestão de Contratos Administrativos;
- 4. Seção de Patrimônio e Almoxarifado;
- h) Coordenadoria de Serviços Gerais:
- 1. Seção de Serviços Administrativos;
- 2. Seção de Transporte;

# VI - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI:

- a) Núcleo de Governança de TI;
- b) Coordenadoria de Cadastro e Logística de Eleições:
- 1. Seção de Planejamento e Logística de Eleições;
- 2. Seção de Voto Informatizado;
- 3. Seção de Cadastro Eleitoral;
- c) Coordenadoria de Desenvolvimento de Soluções Corporativas:
- Seção de Análise e Desenvolvimento;
- 2. Seção de Banco de Dados;
- 3. Seção de Internet/Intranet;
- d) Coordenadoria de Infraestrutura e Suporte:
- 1. Seção de Microinformática;
- 2. Seção de Redes;
- 3. Seção de Suporte Operacional;

## VII - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP:

- a) Gabinete;
- b) Núcleo de Governança de Pessoal;
- c) Núcleo de Acessibilidade e Inclusão;
- d) Assessoria Jurídica;
- e) Assessoria de Políticas de Saúde;
- f) Departamento de Assistência Médica;
- g) Unidade de Assistência Odontológica;
- h) Coordenadoria de Pessoal:
- 1. Seção de Remuneração e Beneficios;

- 2. Seção de Registros Funcionais;
- 3. Seção de Sistemas de Pessoal;
- i) Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento:
- 1. Seção de Capacitação e Ensino à Distância;
- 2. Seção de Desenvolvimento Organizacional;
- 3. Seção de Gestão de Desempenho;

VIII - GABINETES DOS JUÍZES MEMBROS;

IX - OUVIDORIA ELEITORAL;

X – ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL – EJEMS.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 12. Esta resolução entra em vigor a partir de 1º.4.2021.

Gabinete da Presidência deste Tribunal Regional Eleitoral.

Em Campo Grande, MS, aos 29 de março de 2021.

### Des. PASCHOAL CARMELLO LEANDRO

#### Presidente



Documento assinado eletronicamente por PASCHOAL CARMELLO LEANDRO, Presidente, em 29/03/2021, às 13:26, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <a href="http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\_externo.php?">http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\_externo.php?</a>
acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0 informando o código verificador 1011572 e o código CRC 7272978A.

0009940-42.2019.6.12.8000

RESOLUÇÃO PUBLICADA NO DJe nº 56 de 30/3/2021, fls. 26.

1011572v2